



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBACAMPUS III – OSMAR DE  
ARQUINO  
CENTRO DE HUMANIDADE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**NATASHA TAWANNE DE OLIVEIRA**

**A Escola e o chão que se pisa: A importância do Ensino de História  
Local na construção curricular**

GUARABIRA –PB  
2025

**NATASHA TAWANNE DE OLIVEIRA**

**A Escola e o chão que se pisa: A importância do Ensino de História  
Local na construção curricular**

Trabalho de conclusão de curso (Artigo) apresentando à Coordenação do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do título de graduação em História.

Orientador: Prof. Mariângela de Vasconcelos Nunes

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48e Oliveira, Natasha Tawanne de.

A escola e o chão que se pisa [manuscrito] : a importância do ensino de história local na construção curricular / Natasha Tawanne de Oliveira. - 2025.

22 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2025.

"Orientação : Prof. Dra. Mariângela de Vasconcelos Nunes, Departamento de História - CH".

1. Ensino de história. 2. História local. 3. Currículo. I. Título

21. ed. CDD 372.89

NATASHA TAWANNE DE OLIVEIRA

**A Escola e o chão que se pisa: A importância do Ensino de História Local na construção curricular**

Trabalho de conclusão de curso (Artigo) apresentando à Coordenação do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do título de graduação em História.

Aprovada em: 04/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Mariângela de Vasconcelos Nunes** (\*\*\*.787.784-\*\*), em **12/06/2025 18:31:18** com chave **939adbb047d411f0a1b62618257239a1**.
- **Cristiano Luís Christillino** (\*\*\*.548.300-\*\*), em **12/06/2025 19:35:56** com chave **9ae3374c47dd11f093ed06adb0a3afce**.
- **Luiz Mário Dantas Burity** (\*\*\*.233.404-\*\*), em **12/06/2025 18:43:12** com chave **3d01848247d611f09f661a1c3150b54b**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse [https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar\\_documento/](https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/) e informe os dados a seguir.

**Tipo de Documento:** Folha de Aprovação do Projeto Final

**Data da Emissão:** 13/06/2025

**Código de Autenticação:** 0577d6



*Dedico este trabalho aos meus pais, por toda a dedicação e amor para comigo, tendo sido a peça fundamental para que eu tenha me tornado a pessoa que hoje sou.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado a oportunidade de incluir mais essa conquista na minha vida, me mantendo sempre focada nos meus objetivos, me dando forças e iluminando meu caminho para que pudesse concluir mais uma ciclo;

À minha mãe em especial, agradeço por ser tão dedicada, por ser a pessoa que mais me apoia e acredita na minha capacidade, mulher pela qual tenho maior orgulho de chamar de Mãe, meu agradecimento pelas horas em que ficou ao meu lado não me deixando desistir e me mostrando que sou capaz de chegar onde desejo;

Ao meu pai, por sempre acreditar no meu potencial e me incentivar buscar sempre o meu melhor, meu eterno agradecimento pelos momentos em que estive ao meu lado, me apoiando e me fazendo acreditar que é possível alcançar o que quero com esforço e dedicação;

À minha orientadora, Mariângela de Vasconcelos Nunes, expresso minha mais profunda gratidão. Sua orientação, dedicação e disponibilidade foram fundamentais para a concretização deste trabalho. Agradeço por me guiar com paciência. Este trabalho, assim como a conclusão do meu curso, só se tornaram possível graças à sua valiosa contribuição e ao seu compromisso;

A todos os professores do curso de História, pela paciência, dedicação e ensinamentos disponibilizados nas aulas, cada um de forma especial contribuiu para a conclusão desse trabalho e conseqüentemente para minha formação profissional;

Por fim, a todos os meus amigos e colegas que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado, meu eterno agradecimento.

## **Sumário**

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. A ESCOLA E O TERRITÓRIO: O PAPEL DA HISTÓRIA LOCAL NA EDUCAÇÃO .11</b>	<b>11</b>
<b>3. ANOS 70 OS ESTUDOS SOCIAIS E A INSERÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL NO CURRÍCULO .....</b>	<b>14</b>
<b>3.1 A ditadura militar e os estudos sociais.....</b>	<b>14</b>
<b>3.2 Os anos 80 a democratização e a luta pela a inserção de História Lócal.....</b>	<b>15</b>
<b>4. O ENSINO LOCAL ENTRE A TEORIA CURRICULAR E A RELIDADE ESCOLAR..17</b>	<b>17</b>
<b>5.ENTRE O CURRÍCULO E O COTIDIANO: EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NA PRÁTICA DE ESTÁGIO .....</b>	<b>21</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>

## **RESUMO**

Este trabalho tem o objetivo de refletir acerca da importância do ensino de História local no ciclo da educação básica tomando como referência uma escola do município de Serra de São Bento/RN a partir da experiência do estágio supervisionado. Com a metáfora do “chão que se pisa”, a pesquisa debate acerca do currículo e o desafio de inserir na prática escolar a história do território em que os discentes, de fato, residem. Para tanto, foi realizado uma breve revisão bibliográfica, documental e relato de experiência de estágio, que foi voltado para uma proposta pedagógica a respeito da presença indígena no território estadual. Discute-se as contribuições dessa prática para o ensino crítico, assim como os desafios, como, por exemplo, a falta de material didático.

**Palavras-chave:** Ensino de História; História local; Currículo.

## **ABSTRACT**

This paper aims to reflect on the importance of teaching local history in the basic education cycle, taking as a reference a school in the municipality of Serra de São Bento/RN based on the experience of a supervised internship. Using the metaphor of “the ground one walks on,” the research discusses the curriculum and the challenge of including the history of the territory where students live in school practice. To this end, a brief bibliographic and documentary review was carried out, as well as a report on the internship experience, which was focused on a pedagogical proposal regarding the indigenous presence in the state territory. The contributions of this practice to critical teaching are discussed, as well as the challenges, such as the lack of teaching materials.

**Keywords:** Teaching History; Local History; Curriculum.

## 1. INTRODUÇÃO

O ensino de História desempenha um papel central na construção da consciência crítica dos sujeitos e na formação da cidadania, pois permite compreender os processos históricos que moldam as relações sociais, culturais e políticas em que estamos inseridos. No entanto, essa aprendizagem pode tornar-se mais significativa quando conectada ao território vivido pelos estudantes, valorizando suas memórias, trajetórias e identidades locais. A proposta de um ensino de História que considere o local como ponto de partida busca, portanto, romper com a lógica de um currículo generalizado e distante, favorecendo uma educação mais próxima, plural e significativa.

A escolha deste tema surgiu a partir de uma experiência pessoal. Ao realizar uma pesquisa sobre a história da minha cidade, percebi o quanto conhecia pouco sobre o lugar onde vivo. Descobrir suas origens, alguns personagens e sua trajetória histórica foi uma experiência enriquecedora, que ampliou minha percepção não apenas sobre minha cidade, mas também sobre como sua história se entrelaça com a do Brasil. Essa vivência também revelou uma ausência: durante toda a minha formação no ensino fundamental, o estudo da história local esteve ausente, como se o território onde moro não tivesse lugar no currículo. Essa constatação despertou a necessidade de refletir sobre a importância de inserir o ensino de história local na educação básica como forma de valorizar os saberes dos alunos e promover uma aprendizagem mais contextualizada.

Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar como o ensino da história local pode ampliar o conhecimento histórico e torná-lo mais relevante para a realidade dos estudantes. Como afirma Rafael Samuel (1990, p. 220), a história local “é encontrada dobrando a esquina e descendo a rua”, o que significa dizer que ela está presente no cotidiano, acessível e viva nas experiências do entorno.

Além disso, ao integrar o conhecimento histórico ao ambiente sociocultural do aluno, o ensino da história local conforme perspectivas historiográficas pode contribuir para a formação de sujeitos mais críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Como destaca Fernandes (1995), a função da disciplina não é apenas transmitir informações, mas proporcionar uma reflexão histórica que transcenda o espaço escolar e contribua para a vida cotidiana, podendo estimular a capacidade de análise e posicionamento diante dos desafios sociais. Dessa forma, o ensino de História torna-se uma ferramenta de leitura do mundo e não apenas de interpretação do passado.

A abordagem local também permite ampliar a compreensão da História nacional, ao destacar não apenas as semelhanças e processos hegemônicos, mas também as diferenças, tensões e especificidades que compõem a diversidade do Brasil. Neves (2002)

argumenta que, ao focalizar o peculiar, o estudo do local valoriza o sujeito em sua inserção no meio sociocultural, político e ambiental, conectando as experiências individuais aos processos coletivos e revelando uma história plural, feita tanto de vencedores quanto de vencidos.

Com base nesses pressupostos, a presente pesquisa, sobretudo de natureza bibliográfica, propõe-se a discutir a importância da inclusão da história local na educação básica, compreendendo esse ensino como uma via para ressignificar o papel da História na formação discente. Também serão apontados os desafios enfrentados para efetivar essa abordagem, especialmente diante da predominância de materiais didáticos padronizados e da lógica de avaliações externas, que pouco abrem espaço para experiências pedagógicas contextualizadas.

Assim, a partir da experiência de estágio e da reflexão teórica, este trabalho pretende demonstrar que o ensino de História Local não apenas aproxima o aluno do conteúdo, mas o posiciona como sujeito histórico ativo, consciente de seu território e das múltiplas histórias que o constituem.

## **2. A ESCOLA E O TERRITÓRIO: O PAPEL DA HISTÓRIA LOCAL NA EDUCAÇÃO**

“A história local é entendida aqui como aquela que desenvolve análise de pequenos e médios municípios, ou de áreas geográficas não limitadas e não muito extensas” (HORN; GERMINARI, 2010, p. 118). Enquanto campo de estudo e prática pedagógica representa uma vertente fundamental para a construção da identidade individual e coletiva, além de favorecer a compreensão do sujeito como agente histórico em sua realidade. No entanto, como destaca Silva (2004), existe um paradoxo: por um lado é considerada relevante por seu potencial formativo, e por outro acaba sendo desvalorizada nos setores educacionais. Essa desvalorização ocorre, em parte, devido ao fato dos materiais e conteúdos serem em sua maioria, produzidos por pessoas sem formação específica na área, como professores de outras disciplinas, religiosos, bibliotecários e outros profissionais. Essa informalidade na produção acaba resultando em materiais sem metodologias históricas.

Ademais os sistemas de avaliações como o SAEB (sistema de avaliação da educação básica), e o IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica), impactam de forma indireta, mas significativa o ensino de história, ao influenciar as prioridades curriculares das escolas. Embora o SAEB avalie apenas a Língua Portuguesa e Matemática, e IDEB tenha o objetivo de medir a eficiência do sistema educacional, com base no resultado do SAEB e da taxa de aprovação dos alunos. Essas avaliações acabam contribuindo para redução da carga horária da disciplina de História, e da sua valorização

efetiva no planejamento pedagógico. Fazendo com que seja ainda mais reduzido o espaço destinado ao ensino local.

Inserida inicialmente de forma marginalizada, a história local ganhou espaço nas propostas pedagógicas, devido à sua capacidade de explicar a configuração, transformação e representação do espaço nacional. Enquanto a historiografia nacional tende a enfatizar as semelhanças, a história local oferece um olhar sobre as diferenças e as múltiplas experiências (Bittencourt, 2008). Assim, compreender a história local é perceber que ela está diretamente conectada ao cenário global, ao mesmo tempo em que apresenta singularidades. Nesse sentido, "(...)o conhecimento da história local é indispensável para a construção da história nacional." (Silva, 1999, p. 383)

Embora o ensino da História Local assuma os mesmos pressupostos de uma história positivista ele pode abrir margem para a construção de uma narrativa capaz de estabelecer vínculos com o cotidiano do aluno, explorando elementos como a memória familiar, movimentos migratórios e manifestações culturais. Ao estudar o espaço local, os(as) alunos(as) desenvolvem uma compreensão sobre o seu meio social e cultural, recuperando histórias silenciadas e estabelecendo relações de pertencimento. Assim como é entendido pelos PCNs, e citado por Germinari e Buczenko (2012):

Sendo um ambiente que abarca uma dada complexidade, os estudos históricos aprofundam, inicialmente, temas que dão conta de distinguir as relações sociais e econômicas submersas nessas relações escolares, ampliando-as para dimensões coletivas, que abarcam as relações estabelecidas na sua localidade. Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. (BRASIL, 1997, p. 40, apud GERMINARI; BUCZENKO, 2012, p. 05).

A inclusão de novos temas no ensino fundamental, reflete como o debate teórico sobre ensino e produção de conhecimento em história tem se ampliado nas últimas décadas. E partir disso surge propostas voltadas para essa especialidade da História. A proposta curricular dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino de história está organizado a partir da ideia de que “conhecer as muitas histórias de outros tempos, relacionadas ao espaço em que vivem, e de outros espaços, possibilita aos alunos compreenderem a si mesmos e a vida coletiva de que fazem parte” (BRASIL, 1996: 43-44). Para que seja efetivado esse ensino, é necessário compreender os eventos e processos que moldaram o lugar.

O ensino de História Local nos leva a entender como essa abordagem educacional não apenas contextualiza o aluno em relação ao seu próprio entorno, mas também revela a continuidade entre passado e presente. Ao explorar a História ao seu entorno, os estudantes podem enxergar como os eventos e personagens históricos moldaram os espaços que eles habitam diariamente, desde a escola até a comunidade mais ampla. Como afirma, Bittencourt

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente

nos vários espaços de convivência — escola, casa, comunidade, trabalho, e lazer —, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. (Bittencourt, 2008, Pág. 168)

A história local valorizada pelos especialistas da área, e proposta para o ensino de História, pode mudar a narrativa histórica tradicional e melhorar a qualidade do conhecimento histórico. Isso ocorre porque amplia as possibilidades de compreender os fatos históricos a partir de outros ângulos. No entanto, como afirma Germinari e Buczenko, ainda faltam estudos acadêmicos focados especificamente nesse tipo de escrita histórica e sua relação teórica com o ensino escolar. (Germinari; Buczenko, 2012)

O conhecimento histórico produzido em sala de aula tem o desafio de construir uma noção mais ampla e mais próxima da realidade dos alunos brasileiros, que, em sua maioria são oriundos de grupos economicamente mais pobre. (Geraldo e Geysso 2011). A escola nesse sentido, pode ser um meio para acentuar essa exclusão caso não seja implementado didáticas que levem em consideração a realidade dos indivíduos e sejam voltadas para a valorização das experiências vividas pelos alunos. Para isso é necessário compreender como as experiências produzidas nos vários âmbitos do cotidiano, acaba produzindo as diferentes ideias que os alunos adotam para dar sentido ao mundo ao seu redor.

A prática pedagógica voltada à realidade local configura um meio para romper com as narrativas históricas eurocêntrica, que privilegiam histórias das elites europeias e dos processos políticos centralizados nos grandes centros urbanos do Sudeste. Esse modelo tradicional de ensino tende a invisibilizar experiências históricas locais, desconsiderando suas contribuições para a compreensão mais ampla e plural da História do Brasil e do mundo. A valorização do território vivido, pode ampliar a noção de protagonismo histórico e construir uma narrativa mais plural e representativa da diversidade brasileira. Considerando isso, Fernandes Dialoga sobre o fato de

Ainda, estudamos Capitâneas Hereditárias, Governos Gerais, Independência do Brasil e Proclamação da República, mas não analisamos o processo de emancipação política do nosso município. Falamos da cultura e arte de outros locais, porém não enfatizamos o valor histórico do São João em nossa região, como exemplo a musicalidade do forró e até a guerra de espada em Cruz das Almas. Portanto, precisamos entender a necessidade de valorização do estudo da História Regional e Local no ensino fundamental, uma vez que “estudar o município é importante e necessário para o aluno, na medida em que ele está desenvolvendo o processo de conhecimento e de crítica da realidade em que está vivendo”. (Fernandes, 1995, p. 08)

Apesar do reconhecimento da importância da história local para um ensino mais significativo, sua presença efetiva nas práticas escolares ainda é bastante limitada. Essa ausência se deve a diversos fatores, como a escassez de materiais didáticos específicos, centralização dos conteúdos nos livros didáticos e os sistemas de avaliações externo. Além disso, embora o currículo abra espaço para à contextualização, não há um incentivo ou condições reais para que o professor desenvolva práticas enraizadas no território em que

atua. Com isso, a história local acaba permanecendo como um campo reconhecido em teoria, mas marginalizado na prática, o que reforça a necessidade de políticas educacionais que promovam sua efetiva integração no cotidiano escolar.

No contexto do Rio Grande do Norte, essa realidade é perceptível em sala de aula. Embora o currículo estadual reconheça a importância da história local como um meio para valorizar a identidade potiguar, com a inserção de conteúdos voltados para a história do estado. Entretanto, a efetivação desse conteúdo na realidade escolar não ocorre devidamente. Em municípios do interior, como Serra de São Bento, observa-se que grande parte dos conteúdos trabalhados nas aulas de História continuam centrados em eventos nacionais e europeus, com pouca ou nenhuma relação com o território habitado pelos estudantes. Isso se deve à ausência de conteúdos de história locais nos livros didáticos, principal material didático utilizado pelos professores. E da priorização das temáticas cobradas nos exames externos.

### **3. ANOS 70 OS ESTUDOS SOCIAIS E A INSERÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL NO CURRÍCULO**

#### **3.1 A ditadura militar e os estudos sociais**

Durante a década de 1970, houve a inclusão de pedagogias que buscavam estruturar o ensino de Estudos Sociais no Ensino Fundamental. Uma dessas abordagens foi a os chamados “Círculos Concêntricos”, método utilizado para organizar as propostas curriculares, em que os conteúdos eram sistematizados a partir da realidade mais próxima do aluno. Primeiro buscava-se trabalhar elementos ligados à família do aluno, para depois estudar a comunidade e o bairro, para posteriormente incluir o aluno em contextos mais amplos como a cidade, o país e o mundo. Embora não tivesse como foco principal o ensino da História Local, essa metodologia remetia a essa perspectiva ao considerar os espaços vivenciados cotidianamente pelos alunos como ponto de partida para a construção do conhecimento.

Nesse período, em que a disciplina de Estudos Sociais foi consolidada como um componente curricular, o ensino assumiu um caráter instrumental. Alinhado aos interesses do ditadura civil, o objetivo central era formar cidadãos(ãs) integrados(as) ao projeto de desenvolvimento nacional com foco no civismo, ordem e progresso, distanciando-os de questionamentos sociais ou políticos.

A efetiva presença do ensino local no currículo durante este momento não fora colocada em pauta, pelo fato desse ensino confronta-se com o modelo centralizador implementado. A valorização das especificidades locais implicaria em reconhecer as múltiplas realidades sociais e culturais do país, o que contrariaria a ideologia do Estado, que buscava apagar as diferenças em prol de uma identidade nacional. Além disso, o

conhecimento sobre o espaço vivido poderia favorecer o desenvolvimento de uma consciência crítica, o que era visto como uma ameaça ao projeto autoritário da época.

O ensino de Estudos Sociais passou a ser considerado uma ferramenta de controle, ao invés de promover a autonomia e a consciência crítica. A diversidade local e regional foram ignoradas, e a escola passou a reproduzir um currículo nacional padronizado, desconectado com as realidades dos alunos. “A História passou a afirmar sua importância como instrumento de dominação, afinal, é capaz de intervenção direta no social através do trabalho com a memória coletiva” (Paim; Picolli, 2007, p. 109).

Nesse momento também era visível a necessidade de doutrinar e controlar as pessoas, no sentido de reduzir as possibilidades de haver uma conscientização coletiva que na visão oficial poderia desencadear revoltas. Com o intuito de reduzir contestações, a área da educação foi vista como um meio para alcançar esse ideal. Fonseca, considera:

Aquela doutrina tratava a educação e as pessoas nela envolvidas como um de seus “públicos-alvo” - passíveis de controle ideológico pelos riscos à segurança do país -, entende-se a razão das reformulações dos conteúdos e seus respectivos objetivos de ensino. As noções de preservação de segurança, de manutenção dos sentimentos patrióticos, do dever e da obediência às leis denotam com clareza as finalidades político-ideológicas dadas ao ensino de História e disciplinas afins. (FONSECA, 2011)

Esse sistema autoritário reforçou um ensino não crítico. Nessa perspectiva, a ordem social era colocada como sinônimo de progresso e a desigualdade era vista como um fator universal e natural. Com isso, os métodos pedagógicos e a relação professor(a)/aluno(a) assumiram uma posição autoritária, concentrando todo o saber e poder no professor, ausentando elementos ativos, reflexivos e críticos no processo de ensino/aprendizagem. É visível o papel moralizador e ideológico atribuído a disciplina de Estudo Sociais (originada da fusão de História e Geografia), a partir da análise das características, dos objetivos e funções determinadas para o seu ensino. Com essa formulação do ensino, as pessoas não aparecem como sujeitos construtores da história.

De acordo Paim e Picolli (2007), com imposição desse cenário, houve uma generalização dos conteúdos denominados Estudos Sociais. Assegurou-se o mínimo de conteúdo dentro de cada matéria. A intenção oficial, era reduzir as especialidades da História, afim de destruir a possibilidade de um ensino de História reflexivo, substituindo por conteúdos que visava o controle da social. Nesse contexto, um ensino que fomentasse no sujeito a noção de protagonismo histórico, não era colocado em pauta durante o período ditatorial no Brasil.

### **3.2 Os anos 80 a democratização e a luta pela a inserção de História Local**

No final da década do século XX, com a crise da ditadura civil, se sucedeu um processo de redemocratização e o surgimento de novas possibilidades de se pensar a

realidade brasileira. Com isso, ficou nítido a necessidade de articular mudanças no ensino de História. Essas alterações só foram colocadas em prática a partir dos anos 80 em alguns estados. A partir desse momento, foi elaborado novas propostas metodológicas para o ensino dessa disciplina.

No início da década de 1980, a oferta de cursos de pós-graduação resultou em uma produção acadêmica tratando da História Local. De acordo com as diretrizes da política educacional do país, foi identificada a necessidade de uma regionalização do currículo. A partir disso, surgiu uma produção de livros didáticos numa perspectiva de “História Regional”. Silva (2004), afirma que, “o estudo de História Local e Regional nem sempre teve importância no mundo acadêmico, apenas a partir do final década de 1980, surgem trabalhos mais sistematizados relacionados ao tema”.

Entre os anos 80,90 do século passado, várias propostas acabaram surgindo em partes do país, tendo como consenso um ensino de História voltado para a análise crítica da sociedade brasileira, abrindo espaços para a presença dos grupos menos favorecidos como sujeitos da história. No entanto, a demora para implementar essas propostas acabou fazendo com que muitos Estados buscassem elaborar seus próprios “currículos”. Estes inspiravam-se na produção de livro didáticos em modelos pioneiros que já vigoravam em alguns estados como Minas Gerais e São Paulo. Dentre os princípios básicos desse modelo, estava a integração entre as Histórias do Brasil e Geral e a organização dos conteúdos atendendo a cronologia dos modos de produção, uma perspectiva muito mecanicista e linear da história.

Um passo importante para o reconhecimento formal da diversidade cultural e regional no currículo brasileiro, foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. De acordo com este documento o sistema de ensino deve respeitar as características regionais e locais, abrindo espaço para que os estados e municípios adaptassem os conteúdos escolares às especificidades de suas comunidades. Conforme estabelece o artigo 26 da LDB: “Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.” (BRASIL, 1996, art. 26)

A necessidade de se incluir conteúdos regionais foi reforçada com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborado em 1997, que orientavam os(as) professores(as) a contextualizam os conteúdos a partir da perspectiva local. De acordo com os PCNs “Cabe, então, ao professor: fazer alguns recortes e escolher alguns temas, priorizando os conteúdos mais significativos para que os alunos interpretem e reflitam sobre as relações que sua localidade estabelece ou estabeleceu com outras localidades situadas na região, no País e no mundo, hoje em dia e no passado” (BRASIL, 1997, p. 48)

No entanto apesar desses avanços legais e teóricos a implementação prática do ensino local enfrentou (e continuam enfrentando) desafios, principalmente em estados como o Rio Grande do Norte. As redes de ensino do Nordeste, estavam amparadas pela LDB e pelos PCNs, mas não dispunham de materiais didáticos voltados para a história e a cultura local, já que grande parte dos materiais didáticos utilizados no período e ainda hoje são produzidos a partir de uma perspectiva centrada nos grandes centros urbanos, o que contribuiu para o apagamento das especificidades regionais.

Por esses documentos terem um caráter orientador, não obrigatório, não conferiram uma legitimidade necessária para que as propostas fossem plenamente incorporadas ao currículo de História. A autonomia atribuída às redes estaduais, municipais e aos docentes fez com que a responsabilidade de incluir os conteúdos partindo de uma ótica local, dependesse de uma iniciativa própria desses agentes nos currículos escolares. Em consequência, a valorização das identidades regionais passou a depender dos esforços dos professores(as) e de projetos, sem haver uma consolidação como componente. A falta de mecanismos normativos que assegurassem a efetiva implementação dessas diretrizes no cotidiano escolar, intensificou essa inconsistência.

Segundo Nikitiuk (2009), a regionalização dos currículos foi introduzida de forma negativa, sem possibilidade para escolha ou debate, sendo implementada de maneira quase automática por meio de livros didáticos que apresentavam os conteúdos regionais de forma estática, dificultando uma compreensão mais ampla da realidade social.

#### **4. O ENSINO LOCAL ENTRE A TEORIA CURRICULAR E A REALIDADE ESCOLAR**

Ao explorar a História Local e o seu valor em sala de aula, se faz necessário analisar como essa especialidade da História é apresentada na Base Nacional Comum Curricular-BNCC. Considerando que a BNCC é um documento normativo obrigatório para as escolas e instituições de ensino público e privado no Brasil, e deve ser usado como referência para criar os currículos escolares e as propostas pedagógicas na educação infantil, fundamental e média. É importante observar como o ensino de História Local está inserido. A fim de reconhecer as possibilidades e limites imposto por esse documento.

A BNCC foi desenvolvida pelo Ministério da Educação com o objetivo de criar uma Base Curricular que direcionasse a Educação Básica no Brasil. Com base nos artigos 210 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi elaborada a partir do Plano Nacional da Educação (PNE) de 2014. Apresentada pela primeira vez em setembro de 2015, gerou um debate em torno da necessidade de um currículo nacional brasileiro que padronizasse a educação no país, assim como questionamentos sobre quais conhecimentos

deveriam compor a Base.

Foi desenvolvido três versões desse documento. A primeira em 2015, tinha uma proposta mais crítica ao eurocentrismo. A segunda apresentada em 2016, foi desenvolvida por uma nova comissão formada por membros, predominantemente, de uma única instituição superior, e acabou tendo um currículo mais conteudista e eurocêntrico. E a última versão para a disciplina escolar de História, lançada em 2017. Acabou tendo poucas alterações e introduziu o conceito de competências já presentes nos movimentos reformistas dos anos 1990 e incluído nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). (RALEJO; MELLO; AMORIM, 2021).

As três versões contaram com a participação da Associação Brasileira de História (ANPUH), da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da comunidade civil e escolar. Contudo, de acordo com Carla Oliveira (2021, apud Cabral e Oliveira 2024), houve um silenciamento de várias vozes.

A participação de fundações privadas na elaboração de documentos educacionais, como a Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, Fundação Bradesco, Fundação Roberto Marinho, levanta preocupações quanto aos interesses econômicos que podem prevalecer sobre interesses educacionais. Todavia tal "influência do setor empresarial na educação brasileira é um fenômeno que precisa ser analisado criticamente." (Castro, 2018, p. 345-362)

A BNCC acabou se tornando alvo de críticas, por reforçar um currículo padronizado em nível nacional. Com isso, acaba dando continuidade a uma perspectiva de história ainda eurocentrica e a marginalização do ensino local. Para Pina e Gama (2021), o documento consolidado em projeto empresarial de educação, centrado no controle por resultados e desempenho. Essa perspectiva evidencia uma abordagem tecnicista, que limita a autonomia docente e restringe o potencial transformador da educação

Ao analisar as possibilidades do ensino local na BNCC, é percebido que há alusão à História Local apenas na fase do ensino fundamental, anos iniciais e final. Essa questão desaparece na fase do ensino médio. O documento não aborda explicitamente o ensino de História Local no ensino médio. Em vez disso, foca na História do Brasil, da América, e na História Mundial.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, o ensino de História no Ensino Fundamental, anos iniciais (1º ao 3º), tem como objetivo central estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a sua época e lugar. Isso se reflete na ideia do "eu e do outro", "meu espaço de vivência" e "minha comunidade". No Ensino Fundamental, é importante apresentar ao aluno(a) sua região, além de promover a percepção da diversidade de sujeitos e histórias. No entanto, essa proposta ainda se apresenta de forma superficial na

realidade das escolas, deixando de lado uma valorização aprofundada das identidades locais.

No 4º ano do Ensino Fundamental, a abordagem muda. A regionalidade passa a ser parte dos objetos de conhecimento, enquanto as unidades temáticas focam na História Nacional e Geral. As novas unidades temáticas englobam as transformações e permanências, circulação de pessoas, produtos e culturas e migrações. Quanto as habilidades pretendidas, se espera que os(as) alunos(as) saibam analisar mudanças associadas à migração e faça reflexões sobre História Nacional e Internacional. (BRASIL, 2017)

Embora o texto da BNCC proponha uma abordagem considerada rica e significativa no ensino fundamental, abordando aspectos regionais e locais, na prática essa proposta não se concretiza. Na realidade das salas de aula, a articulação dos professores(as) para lidar com a pressão por bons resultados em avaliações externas como o IDEB, faz com que se priorize os conteúdos padronizados. Assim, mesmo que a proposta curricular, no discurso busque valorizar a História Local e a construção da identidade, na prática existem obstáculos, tais como sistema de avaliação externo, já citado, e a ausência de materiais sobre História Local.

De acordo com Bittencourt (2018), Existem questões em aberto nos debates sobre a BNCC (2017), que ainda gera insatisfações entre críticos por sua divisão fragmentada de História Nacional, e geral. E pouco espaço para a História Local. Esses aspectos refletem escolhas políticas e pedagógicas dos grupos empresariais, já mencionados.

No Rio Grande do Norte, essa discussão se torna ainda mais relevante, considerando a diversidade história e cultural, marcada por especificidades como a participação da revolta vermelha em 1935, primeira tentativa de golpe do movimento comunista no país, durante o governo Getúlio de Vargas, a presença de comunidades quilombolas e indígenas e o papel estratégico do Estado durante a Segunda Guerra Mundial. Contudo, essas narrativas locais ainda são pouco exploradas no cotidiano escolar.

O documento normativo estabelece uma divisão dos conteúdos, em que 60% deve ser ocupado por conteúdos definidos nacionalmente, enquanto os 40% restante ficam sob responsabilidade dos sistemas de ensino e das escolas. Em teoria essa flexibilidade permite aos sistemas estaduais e municipais, como a SEEC/RN (Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte), definirem temáticas que contemplem a História Local no caso específico deste estado, a História Potiguar, suas lutas sociais e suas identidades territoriais.

Teoricamente essa proposta busca promover uma formação comum para todos os estudantes do país com o respeito às diversidades regionais e culturais, e abre espaço para que se possa trabalhar com o ensino local em sala de aula. No que diz respeito ao currículo

do Rio Grande do Norte observar-se uma preocupação com a valorização da História Local/. No ensino fundamental há sugestões didáticas voltadas para uma ótica do estado, como a “pesquisa em jornais do final do século XIX e início do século XX sobre os impactos da seca no RN”. Também há problematizações voltadas para o cotidiano e a diversidade sociocultural do estado: "Como viviam e como vivem as pessoas do Rio Grande do Norte?", "Há comunidades indígenas, quilombolas, ciganas e outras no estado?", e "Como as ferrovias levaram ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte?". Esses questionamentos direcionam o ensino para a realidade do aluno(a) e os(as) instigam a conhecer mais sobre uma história mais próxima deles(as).

No ensino médio o currículo do RN inclui objetos de estudo voltados para uma abordagem contextualizada da História do estado. Tópicos como as lutas por direitos dos povos indígenas no Rio Grande do Norte, a escravização de indígenas e africanos no contexto local, as resistências indígenas e coloniais, as lutas abolicionistas e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre refletem um esforço em integrar a história local aos processos históricos nacionais. Nas sugestões didáticas é indicado a visita de espaços de preservação da História Local, como o Centro Cultural Trampolim da Vitória (museu com o acervo da Base Aérea), localizado próximo a capital em Parnamirim/RN. Propõe problemáticas que ampliam o olhar dos alunos sobre a formação do estado: "Como as atividades comerciais influenciaram o surgimento de cidades no Rio Grande do Norte?". Porém as discussões dessas temáticas não são frequentes nas aulas. Um dos principais fatores para que isso aconteça, é a pressão por resultados em avaliações externas como o como dito anteriormente. Em consequência disso, os conteúdos regionais acabam sendo tratados de forma superficial ou relegados a datas comemorativas e projetos pontuais.

Outro fator, que acaba exercendo forte influência na seleção e na abordagem dos conteúdos em sala de aula, é utilização do livro didático com o principal recurso pedagógico. Produzido por grandes editoras com foco em conteúdos padronizados, acaba orientando a prática docente de forma quase exclusiva. Isso limita a inserção efetiva de temáticas regionais e locais, tornando o ensino da História Local dependente do esforço individual dos professores. Assim, o livro didático, ao invés de ser um suporte, muitas vezes se impõe como o próprio currículo, dificultando a construção de um ensino mais contextualizado e significativo.

Nesse cenário, percebe-se que a História Local não é colocada como prioridade para o ensino de História, o que pode parecer contraditório, tendo em vista que a BNCC defende uma educação inovadora voltada para a cidadania dos(as) estudantes, mas acabe negligenciando o local em favor do nacional. Além disso, apesar de reconhecer a diversidade cultural brasileira, a BNCC estabelece um currículo nacional unificado, o que, por vezes, entra em conflito com a necessidade de contemplar realidades locais específicas. Essa tendência à padronização pode gerar um silenciamento das múltiplas

vozes e memórias regionais, sobretudo das comunidades marginalizadas, como indígenas, quilombolas, sertanejos e periféricos.

##### **5. ENTRE O CURRÍCULO E O COTIDIANO: EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NA PRÁTICA DE ESTÁGIO**

Durante o estágio supervisionado realizado na Escola Municipal Estudante Maria Auxiliadora, em Serra de São Bento/RN, busquei dentro dos limites da experiência, desenvolver uma proposta pedagógica que aproximasse o conteúdo curricular à realidade local. Para tanto, foi dado sequência ao assunto pré-estabelecido pela professora regente, se tratando dos povos originários.

Por orientação da professora regente foi utilizado o livro didático para introduzir a temática. No entanto, considerando a ausência da ótica local, foi necessário buscar por fontes que construíssem uma narrativa voltada para a valorização da história dos povos indígenas do Rio Grande do Norte.

A proposta foi estruturada em um seminário, no qual os alunos do 7º ano foram incentivados a pesquisar a história, a cultura e a herança dos povos indígenas potiguaras, assim como as tribos que ainda hoje resistem no território do estado do Rio Grande do Norte, como os Tapuias Paiacus e os Potiguaras.

A proposta teve como objetivos principais:

- Incentivar a pesquisa entre os estudantes;
- Estimular a reflexão crítica sobre a diversidade cultural local;
- Resignificar o ensino de História, tornando-o mais significativo e próximo à realidade local.

Para isso, os alunos organizaram-se em grupos e abordaram diferentes temas: práticas culturais, línguas indígenas, organização social, territórios históricos, contribuições para a formação da identidade potiguar e as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas da contemporaneidade. Durante as apresentações, foi possível notar o envolvimento e a dedicação dos alunos. A partir da demonstração de interesse pelo tema pesquisado, e da participação ativa, que foi evidenciado pelo desempenho observado na produção dos slides e nas apresentações. Houve trocas significativas entre os grupos, que demonstraram reconhecer a importância da valorização e do respeito aos povos indígenas.

Considerando o resultado obtido, a proposta pedagógica alcançou o objetivo de tornar o conteúdo significativo ao aprofundar os conhecimentos históricos dos estudantes sobre o RN. Possibilitando trabalhar com a história local, promovendo o reconhecimento da presença indígena como elemento estruturante da cultura potiguar atual, da influência culinária, religiosa e artística.

No entanto, a execução do projeto enfrentou um desafio significativo: a escassez

de materiais didáticos específicos sobre a História e a cultura dos povos indígenas do Rio Grande do Norte. Essa lacuna evidenciou a ausência de conteúdos regionais nos livros didáticos utilizados pela escola, o que dificultou o acesso dos alunos as fontes adequadas para suas pesquisas. Diante disso, tornou-se necessário orientar os alunos quanto a escolha das fontes, como o portal da UFRN, que contém o mapeamento das comunidades indígenas do RN, com o intuito de enriquecer o processo investigativo e garantir a profundidade das discussões.

Apesar do resultado positivo da proposta, é importante reconhecer os obstáculos enfrentados por professores(a) para integrar de forma contínua o ensino da História Local no currículo. Como destaca uma professora de História da rede municipal de Serra de São Bento:

“O currículo escolar é um tema amplo e complexo. Exige uma demanda curricular para que se trabalhe algum tema em específico e que seja de acordo com as necessidades cotidianas dos alunos. Porém, na escola, ainda predomina a política de abordagem com os conteúdos advindos do livro didático podendo-se trazer de uma forma mais dinâmica associações a situações cotidianas, mas é muito relativo, varia muito de professores e suas disciplinas, tendo em vista uma cobrança para atender uma estatística de aprendizagem, principalmente no que se refere ao índice do IDEB... permanece um ensino tradicional, tendo em vista metas a serem batidas.”

Esse depoimento demonstra a tensão entre uma prática pedagógica crítica e os limites impostos por uma estrutura escolar e curricular voltada para o cumprimento de metas, avaliações externas e uso centralizado do livro didático. Ainda que existam brechas como datas comemorativas ou projetos extracurriculares, esses momentos são muitas vezes pontuais, dificultando uma abordagem voltada para a diversidade cultural e histórica local.

A atividade desenvolvida durante o estágio evidenciou, portanto, que o ensino da história local é uma ferramenta poderosa para estimular a consciência histórica, a identidade cultural, podendo ser trabalhada na realidade escolar, a partir de propostas pedagógicas. Essa prática demonstrou a importância de se trabalhar a memória social dos povos indígenas como parte fundamental da construção da história do Brasil e do Rio Grande do Norte, rompendo com a visão tradicional e eurocêntrica muitas vezes presente nos livros didáticos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao realizar essa pesquisa conclui-se que valorização do “chão que se pisa” é imprescindível para a prática de um ensino significativo e plural. E que a inclusão do ensino da História Local efetiva na realidade escolar depende de fatores internos e

externos, assim como o protagonismo docente. Além disso, essa presença no processo educativo não deve ser vista apenas como uma escolha didático-metodológica, mas como um gesto de resistência capaz de fortalecer o pertencimento.

Nesse contexto, embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) abra espaço para que os estados possam construir um currículo voltado pra uma ótica local, ainda mantém traços significativos de um currículo eurocêntrico e padronizado. Essa contradição exige do professor uma postura ativa e crítica diante do documento curricular, identificando suas brechas e potências para, a partir delas, ampliar os espaços de inserção da história local no cotidiano escolar.

Portanto, refletir sobre a inserção da História Local no currículo é repensar o papel social da escola e do ensino de História. É também compreender que a formação de sujeitos críticos e passa por uma educação que dialoga com os territórios, reconheça as identidades e promova o pensamento crítico. Trata-se de reafirmar a importância de uma prática pedagógica que dialogue com o conhecimento do(a) aluno(a) e valorize as raízes identitárias.

Por fim, Valorizar o ensino regional é reconhecer que a História também se escreve no no chão que se pisa, e que é a partir desse chão que se forma uma educação verdadeiramente crítica e significativa.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. História Regional e Local. In: República em Migalhas Marco Zero, São Paulo, 1990.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2ª ed. 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. Estudos Avançados. São Paulo. v. 32, n. 93, p. 127-149, jun. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. A Base Nacional Comum Curricular (2017). Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais. História. Brasília, DF: MEC, 1996

CALLAI, Helena C. e ZARTH, Paulo Afonso. O Estudo do Município e o Ensino de História e Geografia. Ijuí – Rio Grande do Sul, Unijui, 1988.

CALLAI, Helena C. e ZARTH, Paulo Afonso. O Estudo do Município e o Ensino de História e Geografia. Ijuí – Rio Grande do Sul, Unijui, 1988.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. A influência do setor empresarial na educação brasileira. Educação & Sociedade, São Paulo, 2018, v. 39, n. 2, p. 345-362.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e

Ciências Sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um Lugar na Escola para a História Local. Recife: ANPUH (texto mimeografado), 1995.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. História & ensino de história. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2011 3. Ed..

GABRIEL, Carmen Teresa. Currículo de História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019. v. 1, p. 72-78.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Ensino de História: lugar de fronteira. In: ARIAS NETO, José Miguel (org.). História: guerra e paz. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: ANPUH: Finep, 2007. v. 1.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História Regional e Local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local. Feira de Santana/ Salvador, UEFS/ ed. Arcádia, 2002.

Nidelcoff, Maria Teresa. A escola e a compreensão da realidade. Brasiliense; 14ª edição, 1979.

Nikitiukk, Sonia M. Leite. Repensando o ensino de história. Cortez, São Paulo, 4 ed, 2001. (Construindo um novo Currículo de História. Arlette Medeiros Gasparello)

OLIVEIRA, Carla Silvino de. A Base Nacional Comum Curricular: disputas em torno da seleção curricular para o Ensino de História. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.48.2021.tde-19102021-100241. Acesso em: 2024-11-04.

PAIM Elison Antonio; PICOLLI Vanessa. Ensinar História regional e local no ensino médio: experiências e desafios. História & Ensino, Londrina, 2007

PINA, Leonardo Docena; GAMA, Carolina Nozella. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a formação da classe trabalhar: uma análise a partir da Pedagogia Histórico-Crítica. Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 32, n.00, p. 1-24, 2021. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/8290>> Acesso em: 27 de abril 2025.

RODRIGUES, Elizabete. Fazer Charutos: uma Atividade Feminina. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2001.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: Revista Brasileira de História. pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.

SILVA, Luis Carlos Borges da. A Importância do Estudo da História Regional e Local no Ensino Fundamental. Faculdade Maria Milza – FAMAM (Cruz das Almas). I Seminário Estudantil de Pesquisa da FAMAM. Cruz das Almas, novembro de 2004.